

Planalto diz a Sant'Anna onde Carta deve mudar

A liderança do Governo não pretende tomar partido, nas discussões do segundo turno, sobre a supressão dos termos do artigo da nova Constituição que proíbe a reeleição da Mesa da Câmara. Em contrapartida, o líder Carlos Sant'Anna afirmou que o Palácio do Planalto lhe ofereceu uma ampla relação de pontos que deseja alterar no texto, entre os quais separou a anistia aos microempresários, a jornada de seis horas, tabelamento de juros, censura a ministros e do artigo 54, que permite aos devedores do Fisco o pagamento com anistia de juros e correção monetária. E mais uma série na área tributária.

Sant'Anna revelou ontem que já superou as dificuldades iniciais para encontrar no seu grupo gente disposta a adotar as emendas de interesse do Governo. Toda-

via, só protocolará as mesmas nos momentos finais do prazo, ou seja, na segunda-feira à noite. Com isso, pretende evitar a repetição de assuntos, ocupando todos os espaços disponíveis. E que no segundo turno cada constituinte só pode apresentar um máximo de quatro emendas.

Ele afirmou que vem conversando sobre as emendas com o ministro Costa Couto, de quem recebeu inicialmente um levantamento com 140 pontos a alterar. Isso foi reduzido a um número bem menor, segundo Sant'Anna, admitindo que não investirá em assuntos capazes de despertar a ira dos demais partidos. Nesse caso citou o exemplo da estabilidade dos servidores celetistas aos cinco anos. O líder afirmou que no caso das microempresas fará diversas emendas.

Uma pequena "vendetta"

FLAVIO F. DA CUNHA
BIERRENBACH

Passel uma semana em Fernando de Noronha, no ano de 1983. Desnecessário falar acerca da beleza do arquipélago, de sua importância, a ser preservada como santuário ecológico, a merecer a proteção de qualquer brasileiro dotado de um mínimo de sentimento, informação e patriotismo. E preciso dizer, no entanto, do deplorabilíssimo estado de abandono e miséria em que se encontrava, há menos de cinco anos.

Na Vila dos Remédios, único aglomerado que, com boa vontade, poderia ser considerado "urbano", dois monumentos históricos em ruínas. O forte, do início do Século XVII, e a Igreja, do Século XVIII. O chamado "Palácio do Governo" jazia abandonado. O administrador, coronel da Aeronáutica, só "trabalhava" em casa, não conseguindo disfarçar o tédio, passando as tardes na varanda, com um binóculo na mão, e as noites ao piano, com um drinque na outra.

O território mostrava não apenas o descaso das autoridades federais, a falta de recursos, a precariedade da própria infraestrutura militar ali existente. O lixo acumulado era de dar vergonha em visitante de mocambo. O fundo do mar, revelado na transparência indescritível das águas, exibia, em meio às formações de coral, milhares de latas de cerveja ou refrigerantes ali jogadas, na displicência mal-educada dos turistas, essa nova espécie de animal predatório criada pelo mundo moderno. A crônica falta de água, dependente do regime de chuvas, há anos poderia ter sido solucionada, não fora o desmazelo e a falta de manutenção do antigo aparelho de dessalinização das águas do mar, ali deixado pelos americanos, e que, durante a guerra, resolveu o problema de modo satisfatório, abastecendo a uma população ent-ao cinco vezes superior à atual. A energia elétrica precária, cortada repetidas vezes ao longo do dia ou da noite, também não seria problema. Bastaria instalar o grupo motogerador, enviado alguns anos antes, desde então apodrecendo no caixote, por falta de um único técnico competente para sua montagem. A Pousada Esmeralda, generosamente apelidada de "hotel", funcionava nos antigos alojamentos militares de alumínio corrugado, também abandonados pelos norte-americanos, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Preparem um relatório da visita, apresentem-no à Câmara dos Deputados, com cópia para o Ministério da Aeronáutica. Em algum lugar devem estar arquivados. Preocupem-me com a representação política dos mil e trezentos habitantes, dentre os quais, creio, cerca de quinhentos eleitores, sugerindo um Conselho Comunitário, visto não ser possível falar em Câmara de Vereadores, por não se tratar de município. Falei duas vezes com o então governador Franco Montoro, propondo a realização de um convênio entre a União e a Universidade de São Paulo, para que esta instalasse minúscula de processamento de lixo, em troca da permissão para um posto avançado do Instituto

Oceanográfico da USP. Tudo em vão.

Poucos milhares de brasileiros já desfrutaram de oportunidades de conhecer Fernando de Noronha. Não é lugar para turismo de massa, mas para preservação, para estudo, sem descurar dos aspectos relacionados com a segurança nacional. Claro está que não estamos falando em nenhum conceito obscurantista, como ocorreu ao tempo do regime autoritário, mas na soberania do Brasil sobre um território situado a mais de trezentos quilômetros do litoral e cuja importância estratégica pode ser avaliada por qualquer leigo.

Por todas essas razões recebi com imensa tristeza e preocupação a inacreditável decisão do Congresso Constituinte em extinguir o Território de Fernando de Noronha, subtraindo-o do domínio da União Federal e incorporando-o ao Estado de Pernambuco.

Quase não conheço o Sr. Fernando César Mesquita. Mal fomos apresentados. Sei apenas que temos alguns amigos e inimigos comuns. Sei também que sua administração, no curto lapso de menos de um ano, foi a mais profícua, criativa e realizadora que já passou pelo território. Pela primeira vez na história do Brasil fez-se um planejamento de preservação ambiental, impedindo que a voracidade de grupos econômicos desfigurasse indelevelmente a ilha. Foi igualmente garantido um mínimo de participação política aos habitantes, sobretudo nos assuntos que diretamente lhes dizem respeito. Enfim, conseguiu-se mais para Fernando de Noronha, em um ano, do que em décadas de criminoso descaso oficial. Não ignoro que a lamentável decisão teve muito a ver com sua controversa personalidade. Tido como arrogante por alguns, como outspoken por outros, e como amigo do Sarney por todos, essas foram as circunstâncias determinantes do acontecido, comemorado com grande alarido por seus desafetos.

Trata-se, portanto, de uma pequena vingança, de uma retaliação casuística, de um oportunismo mesquinho, contra Fernando César. De uma conivência torpe, contra Sarney.

Nenhum argumento foi apresentado, nenhuma razão foi discutida, além de um mal disfarçado regionalismo vesgo, herança do nosso subdesenvolvimento cultural. Pernambuco nada tem a ganhar com a aquisição; o Brasil tudo tem a perder. Pernambuco carece de recursos para o seu sustento, é o próprio e insuspeito governador Miguel Arraes que o diz. Por mais recursos que a União venha a dispender para sustentar o território, ainda se trata de um custo baixo para o Brasil ser digno daquilo que a natureza lhe deu e que nossos antepassados conquistaram.

Ainda há tempo. Todos os constituintes deveriam conhecer Fernando de Noronha, para que no segundo turno seja possível corrigir o equívoco, o erro histórico destinado a transformar um dos mais belos lugares do mundo no mais pobre dos municípios do Nordeste, ou em mais uma das favelas do Recife.

Emenda acaba com a eleição no DF

A proposta supressiva da autonomia política é do líder do PFL

JULIO ALCANTARA



Roberto e Lourenço, que não quer eleição no DF, observam o plenário vazio na sessão da Constituinte

Apetite de mudanças é pouco ainda

Suprimir dispositivos já aprovados ou corrigir erros de linguagem omissão ou contradição são tarefas que não despertam muito o interesse dos constituintes. Ao fechar o segundo dia de inscrição de emendas ao segundo turno, a secretaria-geral da Constituinte registrava ontem às 18h somente 331 pedidos. A maioria dos parlamentares sequer aproveitou o limite de quatro emendas permitido a cada constituinte. Muitos levavam apenas uma emenda ou duas. Aliás, mandavam levar, porque raros foram os que fizeram pessoalmente os registros de suas propostas.

Até agora, aparecem com certa frequência emendas visando retirar do texto constitucional a expressão "propriedades produtivas", o que significa a intenção de ampliar o leque das terras disponíveis à aplicação da reforma agrária. Poucos, como o deputado Carlos Benevides (PTB-AM) têm se preocupado com a correção de linguagem. Ele apresentou emenda substituindo a palavra "serventia" por "serviço". Há também casos de emendas que apesar de apontadas como de erro, deixam transparecer claramente sua natureza supressiva. O senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), por exemplo, propõe a supressão de algumas expressões no artigo 203 (que define o sistema único de saúde) que se aprovadas, simplesmente acaba com a proposta, pois retira do texto a palavra "único", nas três vezes em que ela aparece. "O dispositivo em questão, justifica ele, impede que a União venha a manter redes nacionais de hospitais". Se o interesse do senador leva a se pensar que seja dono do hospital é outro erro: ele é dono de banco.

Os deputados Vasco Alves (PSDB-ES) e Celso Dourado (PMDB-BA) estão preocupados em estender aos professores universitários o benefício da aposentadoria especial. Já aprovado aos professores de primeiro e segundo graus com 30 anos de efetivo exercício do magistério. Para isso, pedem a supressão das expressões "primeiro e segundo graus". Mas Vasco Alves quer comprar briga, mesmo, é com o deputado Amaral Netto, líder do PDS. Enquanto Amaral foi convencido a não apresentar emenda suprimindo o "não" do artigo definindo que no Brasil não haverá pena de morte, Vasco registrou emenda que retira do texto a única possibilidade de aplicação da pena de morte: em caso de crime de guerra.

E três deputados que integram a bancada do Distrito Federal na Constituinte correm atrás do erro, ou omissão, e tentam mais uma vez garantir uma fórmula constitucional para a indicação do futuro governador de Brasília, até que sejam realizadas as eleições de 1990. Márcia Kibitschek (PMDB) propõe simplesmente que ele seja indicado pelo Presidente da República, a ser eleito em 1989; Maria de Lourdes Abadia (PSDB) deixa também a indicação com o Presidente a ser eleito pelo povo, só que escolhendo um nome dentre os representantes da bancada do DF; e Valmir Campelo (PFL) já sugere que o futuro Presidente escolha um nome, não especificamente de parlamentar, mas através de uma lista tripla indicada pela maioria dos membros da bancada do DF no Congresso.

Não há quorum para se debater segundo turno

"Amanhã estarei aqui de volta, nem que seja só eu e o Adyson Motta". Com estas palavras, em tom de brincadeira que não fica longe da realidade, o deputado Paulo Delgado (PT/MG) garantiu que está disposto a continuar trabalhando mesmo que tenha que passar outra vez pela situação que enfrentou ontem, como último orador inscrito para falar no grande expediente da sessão da Constituinte. Seu discurso de 20 minutos, em que destacou os quatro pontos do projeto de Constituição, para supressão na votação em segundo turno, só foi assistido pelo deputado Sotero Cunha (PDC/RJ), que ocupava a presidência dos trabalhos. Nenhum membro efetivo da mesa estava presente. Ulysses esteve reunido em sua residência,

com o relator Bernardo Cabral.

A condição solitária do deputado, no final da sessão que foi encerrada às 16h50, foi uma representação do quadro geral dos trabalhos de ontem. O plenário esteve vazio ao longo das duas horas de pronunciamentos, com um quorum formado apenas pelos constituintes inscritos para falar. Em geral, os 25 parlamentares que ocuparam a tribuna só permaneceram em plenário o tempo suficiente para esperar sua vez de discursar. Apesar disso, o presidente Sotero Cunha se mostrou surpreendentemente disposto a cumprir os horários regimentais.

A previsão de Paulo Delgado, de que a sessão marcada para as 9h de hoje somente ele e Adyson Motta

estarão presentes, não é impossível de se realizar. O deputado do PDS gaúcho é considerado o mais assíduo nos trabalhos da Constituinte. Em geral, ele e José Genoíno (PT/SP) são os primeiros a chegar ao plenário, antes das sessões serem abertas. E deve ser este o saldo dos trabalhos marcados para o final de semana. Não há necessidade de verificação de quorum e a sessão se estende até que a lista de oradores seja esgotada. As matérias mais abordadas nestes dois primeiros dias de discussão em segundo turno do projeto constitucional — reforma agrária, papel das Forças Armadas e aposentadoria aos professores universitários — devem prevalecer também nos discursos de sábado e domingo.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), apresentou ontem à tarde emenda supressiva ao artigo 33 e seus parágrafos do projeto constitucional, que dispõem sobre a autonomia política do Distrito Federal. O parlamentar admitiu que poderá ter dificuldades em reunir os 280 votos necessários à aprovação da proposta que acaba com eleições diretas para governador do DF. No entanto, acredita em suas possibilidades de êxito. "Ainda tem muita gente responsável nesse país", disse.

Lourenço relacionou vários motivos para que ele seja contra a autonomia que está sendo concedida ao DF. Entre eles, o custo que a política e a Assembleia Distrital trarão aos combalidos cofres públicos do Distrito Federal. "O dinheiro arrecadado em Brasília não dará para pagar os custos da Assembleia e do governo" — sustentou. O líder partidário observou que 70 por cento do orçamento do GDF são provenientes de recursos concedidos pela União. Na opinião do deputado baiano, o DF não pode ser

administrado por governador eleito e ter uma Assembleia Distrital. "Isso aqui não é estado" — ponderou. Para ele, a fórmula a ser adotada é a seguinte: suprime-se o artigo 33 do texto a ser promulgado. Após a promulgação é apresentada uma emenda constitucional, que terá de ter o apoio de dois terços dos congressistas, estabelecendo que o DF será governado por um prefeito nomeado pelo presidente da República, mas poderá eleger uma Câmara de Vereadores.

Lourenço considerou anômala a situação da representação do DF no Congresso Nacional. Segundo ele, em nenhum país do mundo onde exista uma zona sob administração federal, como o DF, há a eleição de senadores. "A figura do senador existe para representar os estados da federação" — ponderou. Ao comentar a possibilidade de eleição de um governador e deputados distritais, o líder da Frente Liberal acha que ao se tornar uma cidade administrada por interesses políticos, Brasília terá sua vida alterada.

TCU faz a Justiça perder 2 assessores

O Ministério da Justiça perdeu ontem dois de seus principais assessores em consequência da decisão do Tribunal de Contas da União de proibir o Governo-Federal de pagar despesas de funcionários, com hotel. Com a decisão, o procurador de Justiça Plínio Gentil, que dirigia o Departamento de Assuntos Legislativos, e procurador Jorge Eluf Neto, que chefiava o Departamento de Assuntos Judiciais, foram obrigados a pedir demissão. Os dois eram cedidos pelo governo do Estado de São

Paulo e o Ministério pagava apenas uma complementação de seus salários.

O ministro interino da Justiça, José Fernando Eichemberg, disse que foram feitas várias gestões junto ao Ministério da Administração para conseguir um apartamento funcional para os dois servidores ou um apart-hotel. Todas as solicitações, entretanto, foram negadas, e com a decisão do TCU, o Ministério ficou impossibilitado de manter os dois funcionários.

ANÚNCIO FONADO 223-2323